

CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO COLÉGIO PEDRO II

Márcia Victório de Araújo Costa
marcia_victorio@ig.com.br

Resumo

O presente relato apresenta dados de **pesquisa em andamento**.

Com o objetivo de construir a história da educação musical no Colégio Pedro II, uma instituição de ensino público federal, pretendemos coletar dados através do seu Centro de Memória e de entrevistas com ex-alunos e ex-professores de música. Com a análise desses dados, buscamos estabelecer relações entre os objetivos do Collegio de Dom Pedro Segundo criado em 1837 e os do Colégio Pedro II de hoje, considerando as inserções sociais e políticas. Interessa-nos a análise dos sentidos pedagógicos e as funções que a educação musical vem ocupando nesta instituição. Para isto, utilizamos como referencial teórico as reflexões e pressupostos de Foucault relacionados ao campo da história, os quais apresentam-se diluídos no presente trabalho.

Palavras-chaves: história da educação, disciplina curricular e educação musical.

Abstract

The following report presents in progress research data.

Having the objective of building the musical education history at Colégio Pedro II, a federal public teaching institution, the research intend to collect data through its Centro de Memória and interviews with ex students and ex music teachers. It will search establish relation between the objectives of Collegio de Dom Pedro Segundo created in 1837 and the objectives of nowadays Colégio Pedro II, considering the political and social issues. Will these data analysis we are interesting in the analysis of the pedagogical sense and the functions that the musical education has been occupying at this institution. For that, it uses, as theoretical reference, Foucault's reflections related to the history field.

Construindo a História da Educação Musical no Colégio Pedro II

Considerando a escola como um espaço institucionalizado de educação, portanto, reflexo e refletora das redes sociais, culturais e políticas, o presente estudo pretende construir a história da Educação Musical no Colégio Pedro II, uma autarquia federal do Ministério da Educação (MEC), localizado no Rio de Janeiro, “*cuja missão é ministrar ensino público e gratuito nos níveis fundamental e médio.*”¹ Com a análise obtida através de dados coletados no Centro de Memória e de entrevistas com ex-alunos e ex-professores de música, apoiados nos pressupostos foucaultianos, buscaremos estabelecer relações entre os objetivos do Colégio desde a sua criação, priorizando os sentidos pedagógicos, bem como o papel que a educação musical vem ocupando nesta instituição.

Relendo acerca da história da educação musical, constatamos que há quem afirme que esta tem início com a criação do mundo. O fato é que remonta há tempos idos e neles verificamos que a música veio alternando sentidos, ora apresentando-se como prática de canto ou instrumento, ora como iniciação à leitura musical. Alguns povos defendiam a formação musical como uma necessidade funcional dentro de sua cultura, sendo esta função ritualística ou religiosa. Em outras culturas, a educação musical visava uma formação do indivíduo como ser humano. Outras, ainda, viam a educação musical como um fim em si mesma. Diante de tal variedade de enfoques, pode-se notar uma oscilação entre dois pólos de pensamento no que diz respeito ao que deva ser a educação musical: geral ou específica.

Com relação à história da educação musical no Brasil, verificamos que durante o período colonial foi essencialmente religiosa, implementada pelos jesuítas com o fim específico de catequizar os índios. A perspectiva era autoritária, considerando que os valores absolutos veiculados pelos padres podiam e deviam ser impostos, se esse fosse o único caminho. Cabia, portanto, mais do que apenas substituir uma religião por outra, apagar diferenças culturais tribais e interindividuais.

Segundo Maria Luisa S. Ribeiro (1981), da necessidade de atender à diversidade de interesses de filhos de índios e filhos de portugueses, foi elaborado um plano de estudos de forma diversificada. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino do canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de es-

¹ Colégio Pedro II: Projeto Político-Pedagógico (2002). Brasília: INEP/MEC.

tudos à Europa. Já neste momento, podemos inferir que os colégios jesuíticos foram o instrumento de formação da elite colonial.

No momento em que observamos o declínio econômico das Capitanias e, quando em 1759 a Companhia de Jesus é expulsa do Brasil, podemos supor que é neste instante que se dá a desvinculação da educação musical do poderio religioso. De acordo com Ribeiro, o motivo apontado para a expulsão era o fato dela ser detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo e porque educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país.

Surge, com isto, um ensino público, propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo Estado, mas que formava o indivíduo para a Igreja, e sim, o financiado pelo e para o Estado, amparado pelo Alvará de 28-6-1759, que regulamentava as funções do professor e as suas qualificações.

Quando Portugal é invadido (1807) pelas tropas francesas e a família real junto com a corte se vêem obrigadas a virem para o Brasil, é decretada a “Abertura dos Portos.” Esta vinda provoca uma reorganização administrativa bem como, transformações na vida social com conseqüências na educação. Tem início a estrutura do ensino imperial composta dos três níveis: básico, secundário e superior.

Em 1822, o Brasil alcança a sua autonomia política e reflexos de sua nova condição são percebidas no âmbito educacional como veremos a seguir.

Na Lei de 15 de outubro de 1827, estavam presentes as idéias de educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas de diferentes graus e da necessária graduação do processo educativo. Para isso, “*deveria-se ter um planejamento que, no mais curto prazo possível, reorganizasse os objetivos, os métodos e o conteúdo, (...) e implantar uma rede escolar capaz de receber todos em idade escolar, distribuídos nos seus diferentes graus.*” (Ribeiro, 1981). Parece-nos que os objetivos de formar uma elite cultural estavam neste momento, idealisticamente, sendo estendidos a todos os brasileiros.

Tem início um período de profundas adaptações, nos quais os níveis de instrução sofrem as conseqüências da instabilidade política, da insuficiência de recursos, bem como do regionalismo que imperava as províncias, hoje estados.

Não é de se estranhar, levando-se em consideração tal contexto, que a organização escolar brasileira apresente, na primeira metade do século XIX, “*graves deficiências quanti-*

tativas e qualitativas,” conforme relata Ribeiro em seu texto sobre a História da Educação Brasileira.

Na tentativa de imprimir alguma organicidade, são criados liceus provinciais. É assim que, em 1825, foi criado o Ateneu do Rio Grande do Norte; em 1836, os Liceus da Bahia e da Paraíba e, em 1837, o **Colégio Pedro II**, na corte. Ainda segundo Ribeiro, “*este estava destinado a servir de padrão de ensino: adotaria e manteria bons métodos, resistiria a inovações que não tivessem demonstrado bons resultados e combateria os espertos e charlatães.*”

Podemos pensar que porque os ideais democráticos de educação não atingiram seus objetivos, neste instante, são criados colégios para servirem de exemplo e, possivelmente, formarem novamente elites.

Escragnolle Dória, em sua Memória Histórica do Collegio de Pedro Segundo, menciona o Colégio dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739, pelo Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe e que mais tarde receberia o nome de Colégio de Dom Pedro Segundo, com a finalidade de atender a “órfãos de pouca idade, ensinando-os a ler, escrever, contar, rezar, (...) a música e instrumentos musicais utilizados nas cerimônias da Igreja Católica” (Dória, 1937)². Cita ainda, Januário de Silva Arvellos, conhecido compositor da época, dentre os “*primeiros nomeados para lecionar no estabelecimento*” (Dória, 1937), e cujo nome integra o corpo docente da Instituição à época de sua fundação, juntamente com professores de Gramática, Latim, Geografia, História, Aritmética, Ciências, Desenho e Religião”.

Em 1776, o Colégio dos Órfãos de São Pedro foi transferido para a Capela de São Joaquim, na Rua do Vallongo (hoje Rua Camerino), assumindo a denominação de Seminário de São Joaquim. Por ato de D. João VI, foi extinto, em 1818. Após três anos, em 1821, D. Pedro I promulgou um decreto anulando o anterior. Dez anos depois, em 1831, foi remodelado e passou a ser administrado pelo governo imperial. Em 2 de dezembro de 1837, foi, então, fundado o Colégio Pedro II, oficializado, por Decreto Imperial, em 20 de dezembro do mesmo ano, como decorrência da reorganização do Seminário de São Joaquim, apresentada ao Império pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, sendo assim batizado em homenagem ao Imperador-menino, no dia de seu aniversário³. O Orfanato e Seminário que outrora tinham como objetivo amparar, educar e preparar para a vida religiosa

da Igreja Católica aqueles que assim o desejassem, passavam a ter como função a instrução
² DÓRIA, Escragnolle (1937). Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo. Comegorativa do 1^o Centenário do Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação.

³ Httpp:www.cp2.br, on line, 26/07/2004.

ja Católica aqueles que assim o desejassem, passavam a ter como função a instrução secundária e a preparação para escolas superiores⁴.

O Decreto nº 1331^a - de 17 de fevereiro de 1854 aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. O Art. 47 do referido decreto determina o currículo a ser seguido pelas escolas públicas, no qual incluem-se “*noções de música e exercício de canto*”. Verifica-se que, antecipando-se ao Decreto, o Colégio Pedro II já tem no seu currículo o ensino de música desde a sua criação em 1837.

O Colégio foi dividido, em 1857, em duas seções: Externato e Internato. A criação do Internato teve como objetivo ampliar o número de vagas do Colégio. Em 1858, o Internato começou a funcionar na Chácara do Engenho Velho, na Rua São Francisco Xavier, na Tijuca. De lá, em 1888, transferiu-se para o Campo de São Cristóvão. Com a Proclamação da República, em 1889, o Colégio teve seu nome mudado. Passou a denominar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária, e, posteriormente, Ginásio Nacional. Em 1911, voltou a ter seu nome de origem – Colégio Pedro II⁵.

Atualmente existem 11 Unidades Escolares que constituem um complexo com cerca de 15.000 alunos, 1.000 professores e 1.000 funcionários, distribuídos pelos bairros: Humaitá, zona sul da cidade; Centro; na zona norte da cidade: São Cristóvão, Tijuca, Engenho Novo e na zona oeste, Realengo. O Colégio, a partir de 1980, se estruturou em dois blocos chamados, carinhosamente, de Pedrinho (da Série Inicial à 4ª série do ensino básico) e Pedrão (da 5ª à 8ª série do ensino básico e ensino médio). A Unidade Centro não oferece as séries iniciais, tendo turmas a partir da 5ª série e a Unidade Realengo oferece apenas o ensino médio.

As aulas de música acontecem em dois tempos semanais das Séries Iniciais ao Ensino Médio. Verificamos que quase todas as unidades possuem coral de alunos e grupo de flautas. O Colégio tem ainda, um Centro Musical localizado na unidade São Cristóvão onde alunos de todas as unidades têm aulas de diversos instrumentos. Além das aulas regulares de música, os alunos organizam saraus e apresentações de bandas formadas por eles mesmos. Esses grupos apontam para um sentido musical ligado a prática.

Datam da década de 1980 algumas modificações importantes pelas quais passou a instituição na ocasião, dentre as quais ressalto a organização dos conteúdos programáticos das

⁴ Anuário do Collegio Pedro Segundo. Rio de Janeiro. Colégio Pedro II, 1922, v.1.

⁵ Anuário do Collegio Pedro Segundo. Rio de Janeiro. Colégio Pedro II, 1922, v.1.

disciplinas pelas séries e a conseqüente publicação do Plano Geral de Ensino (PGE), que, durante cerca de vinte anos, foi o principal referencial pedagógico da escola.⁶

Durante o triênio 1998-2000, o Colégio Pedro II foi chamado a refletir sobre sua prática pedagógica e avaliação, debruçando-se na elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico que vigora desde 2002, no Colégio Pedro II os procedimentos metodológicos utilizados privilegiam o fazer musical, integrando diversos aspectos de se relacionar com a música, tais como: ouvir/apreciar, compor, interpretar e contextualizar. Destaca que a educação musical deverá proporcionar ao aluno a oportunidade de: *“compreender e respeitar a diversidade de manifestações musicais; vivenciar de modo criativo os elementos da linguagem musical; desenvolver a sensibilidade estética e a percepção e imaginação auditivas; aumentar a sensibilidade com relação aos valores nacionais; ampliar qualitativamente e quantitativamente suas experiências sensoriais, afetivas e cognitivas.”*

Iremos nos debruçar na análise destes dois documentos – PGE e PPP -buscando indicações dos sentidos da educação musical. Numa análise inicial, apontamos para um currículo onde a prática é essencialmente valorizada, principalmente nos Pedrinhos. Porém, sem as entrevistas e um olhar mais criterioso não nos é possível qualquer conclusão.

A coleta de dados está sendo feita através do Centro de Memória do qual fazem parte a Biblioteca do Acervo Antigo, colecionando documentos até o século XIX e o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), este destinado às produções a partir do século XX, que arrola os programas de ensino do colégio e toda a produção científica dos professores e funcionários na forma de artigos, livros, dissertações e teses acerca da instituição e de seus componentes curriculares, nas suas diversas vertentes de análise. Ambos os acervos estão localizados na Unidade Centro.

Os fatos encontrados até o momento confirmam um espaço significativo destinado ao ensino musical, da sua criação aos nossos dias, ao longo de seus 166 anos de existência.

⁶ FONSECA, Anna Cristina Cardozo. Políticas na Educação Musical: experiências. In Música na Educação Fundamental. Conservatório Brasileiro de Música. 2003.

Entretanto, conforme afirmamos anteriormente, ainda não temos conclusões, apenas indicativos de sentidos ligados a prática musical através do canto orfeônico e do canto coral por um lado e, da teoria musical e história da música de outro.

Temos conhecimentos de vários músicos profissionais que estudaram e atribuem o incentivo, às aulas de música no Colégio Pedro II. No momento, este é apenas um indício de uma prática significativa. Através das entrevistas com ex-alunos pretendemos avaliar esta hipótese.

Outrossim, pretendemos apontar para a necessidade de se estabelecer uma forma de registro destas práticas como uma possibilidade de se reconhecer a história do Colégio Pedro II através da história de suas práticas musicais.

A relevância deste estudo encontra-se no vazio verificado com relação aos escritos e registros sonoros da disciplina Educação Musical. Apesar da expressiva quantidade de obras catalogadas no Centro de Memória, não encontrei referência acerca da sua história, o que me leva a ratificá-lo como relevante e empreender à ele, valor acadêmico.

Referências Bibliográficas

- ANNUÁRIO DO COLÉGIO PEDRO II (1911). Rio de Janeiro: Colégio Pedro II
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz (1999). Colégio Pedro II: um lugar de memória. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.
- BEYER, Ester (1993). A Educação Musical sob a perspectiva de uma construção teórica: uma análise histórica. In Fundamentos da Educação Musical. Série Fundamentos. Porto Alegre: ABEM.
- CHERVEL, André (1990). História das Disciplinas Escolares: Reflexões sobre um Campo de Pesquisa. Porto Alegre: Teoria & Educação, 2.
- COLÉGIO PEDRO II: Plano Geral de Ensino. Brasília (1996). Ministério da Educação e do Desporto.
- COLÉGIO PEDRO II: Projeto Político-Pedagógico (2002). Brasília: INEP/MEC.
- DORIA, Escragnolle (1937). Memória Histórica do Collegio de Pedro Segundo. Comemorativa do 1º Centenário do Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação.
- FONSECA, Anna Cristina Cardoso (2003). In Música na Educação Fundamental. ANAIS. Rio de Janeiro: CBM.
- FOUCAUL, Michel (1988). Microfísica do Poder. 7ª edição. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral (1983). Pesquisa em Educação Musical. Rio de Janeiro: Schweiger J Raul Produções.

RIBEIRO, Maria Luisa S. (1986). História da Educação Brasileira – A organização escolar. São Paulo: Editora Moraes.

ROCHA, Inês de Almeida (2002). Implantação da Proposta Curricular de música no Ensino Médio do Colégio Pedro II. ANAIS de XII Encontro Anual da ABEM. Natal: ABEM.

SILVA, Tomaz Tadeu (2002). O Sujeito da Educação – estudos foucaultianos. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes.